

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação



Atena
Editora
Ano 2019

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-589-1 DOI 10.22533/at.ed.891190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Pensar a formação docente, as práticas pedagógicas e a pesquisa em educação emergem como tema central da Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”, apresentada em três volumes. O volume um, aqui exposto, destacou, sobretudo, capítulos que versam sobre o eixo formação. No volume dois se destacam as práticas educativas e no volume três predomina o eixo pesquisas em educação.

Convidamos a todos a conhecerem os artigos enviados para o portfólio:

No capítulo “A avaliação da aprendizagem no ensino superior e a formação docente: significados atribuídos por professores”, Maria Tereza Fernandino Evangelista e Alvanize Valente Fernandes Ferenc apresentam um recorte de uma pesquisa que buscou analisar os significados atribuídos à avaliação da aprendizagem por professores universitários de um curso de Licenciatura em Matemática. Já Siomara Cristina Broch, no texto “A escola básica na formação docente: percepções e reflexões sobre os estágios nos cursos de licenciatura”, apresenta e analisa as contribuições de gestores, coordenadores pedagógicos e docentes de Escolas de Educação Básica sobre as experiências realizadas por estagiários dos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Matemática do Instituto Federal Farroupilha Campus Júlio de Castilhos no ano de 2011 a 2017.

Em “Representação social de docência para licenciandos participantes do PIBID do curso de ciências sociais UFRN/Campus Central”, Elda Silva do Nascimento Melo, Erivania Melo de Moraes e Camila Rodrigues dos Santos relatam sua pesquisa destacando que a docência tem sido problematizada a partir de uma pluralidade de sentidos e para além de uma profissão de vocação, mas que precisa ser continuamente ressignificada por um exercício contínuo de formação e reflexão crítica. Américo Souza, em “A formação de professores de história na UNILAB: desafios e perspectivas para a preparação de um profissional para o Brasil e a África”, discute a elaboração e a execução do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), refletindo sobre os desafios e perspectivas de uma formação que visa preparar professores para atuar no Brasil, em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Angola.

Já Flávia Abud Luz e Monica Abud Perez de Cerqueira Luz, no texto “A formação do docente em uma sociedade multicultural” trazem reflexões sobre a formação do professor voltada para uma educação multicultural, que valorize a cidadania e a diversidade, rompendo com antigos paradigmas eurocêntricos que trazem em seu bojo a discriminação, o preconceito e a exclusão social. O capítulo “A importância da construção de uma aprendizagem significativa na formação inicial de professores”, de Miriam Eliane Olbertz e Thais Rafaela Hilger, discute sobre a importância da aprendizagem significativa na formação inicial.

Eudes Gomes Silva, Maria Amélia de Moraes e Silva e Marília Martina Guanany

de Oliveira Tenório objetivaram analisar o modo como na prática do ensino superior vêm abordando a concepção de ensino no capítulo “O processo ensino aprendizagem sob a ótica do professor universitário: concepção do conhecimento, relação teoria-prática e ensino-pesquisa”. “Teias de aprendizagem e o cultivo da cultura de qualidade no ensino superior”, de Maria da Apresentação Barreto e Elena Mabel Brutten Baldi, tem como objetivo levantar a percepção dos alunos quanto à participação em um trabalho de construção do conhecimento.

“A universidade para além do ensino: espaço de educação ambiental como ferramenta para a promoção da extensão e pesquisa acadêmica”, de Poliana de Sousa Carvalho e Edneide Maria Ferreira da Silva, destaca o resultado parcial das atividades desenvolvidas no Espaço de Convivência com o Ambiente Semiárido, localizado nas dependências internas da Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos. Já em “Avaliação de centro de interesses de pesquisas de mestrado e o desenvolvimento profissional docente” Carlos Jose Trindade da Rocha, João Manoel da Silva Malheiro e Odete Pacubi Baierl Teixeira trazem um recorte de um projeto de tese em Ensino de Ciências com o objetivo de avaliar o Desenvolvimento Profissional Docente (DPD) através do centro de interesses de pesquisa de mestrados na educação científica.

O capítulo “Avaliação de sistema na educação pública: regulação e controle”, de Maria Rita Santos da Silva e Selma Suely Baçal de Oliveira, é fruto de estudos teóricos, no âmbito de uma pesquisa de doutorado com abordagem qualitativa, que busca contribuir com a discussão sobre a avaliação de sistema na Educação Básica. No texto “Educação, formação de professores e escola na perspectiva da pedagogia histórico-crítica”, Magalis Bésse Dorneles Schneider, Janaina Santana da Costa Prado e Elizângela dos Santos Fernandes apresentam uma reflexão na perspectiva da Pedagogia Histórico-crítica do papel da educação, formação de professores e da escola.

Gilcélia Damasceno de Oliveira e Maiara Foli Severo visam compreender como o processo de formação do educador deverá fomentar um espaço de permanente práxis reflexiva para contribuir com o processo de aprendizagem em “Formação docente e a informática educativa”. Nesta mesma linha de pensamento, Nadja Regina Sousa Magalhães, Andressa Grazielle Brandt, Aline Aparecida Cezar Costa, Luciana Gelsleuchter Lohn abordam a formação de professores na Educação em Tempo Integral articulada às Tecnologias de Informação e Comunicação em “Os saberes constituídos na formação de professores da educação em tempo integral à luz tecnologias de informação e comunicação”.

No texto “Letramento e formação de licenciandos da UEMG – unidade Divinópolis/MG” Elaine Kendall Santana e Silva, Ana Paula Martins Fonseca, Alessandra Fonseca de Moraes, Ana Cristina Franco Rocha Fernandes, Geralda Pinto Ferreira, Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral e Míriam Rabelo Gontijo tem como objetivo de apresentar pesquisa realizada sobre o letramento do professor em formação nos

cursos de Pedagogia e Letras da UEMG - unidade de Divinópolis, por meio do Estágio Supervisionado. “As reflexões sobre o estágio supervisionado para os estudantes das licenciaturas do IF Baiano Campus Santa Inês/BA”, de Antonio Roberto Santos Almeida, Cândida Leci Alves Braga, Célia Amorim Santos Torres, Eliene Guimarães da Silva, Elizangela Silva dos Santos, Gilda Alves Santos, Maria Sônia Jesus Santos, Nilma Santos de Jesus, Railene da Silva Reis, Regina de Souza Santos, Ricardo Souza da Anunciação e Valdenice Costa de Souza, apresenta reflexões sobre o Estágio Supervisionado para os estudantes da licenciatura do IF Baiano Campus Santa Inês/BA.

Almir Tavares da Silva, autor do capítulo “Extensão e cinema: a temática dos filmes e sua proximidade com os assuntos das disciplinas”, disserta sobre uma experiência cuja origem foi um projeto desenvolvido em duas escolas da Educação Básica na cidade do Penedo/AL. O artigo “Consolidação da extensão no IFC - Campus Araquari: atividades entre 2012 e 2017” mostra um levantamento quantitativo das ações de extensão realizadas no campus por meio da análise dos cadastros existentes no mesmo e tem como autores Bruna Rubi Alves, Katia Hardt Siewert, Eduardo da Silva, Cristiane Vanessa Tagliari Corrêa, Fernanda Witt Cidade e Daniel da Rosa Farias. O capítulo “Calorização do magistério na educação infantil”, de Valquíria Pinheiro Silva e Emilia Peixoto Vieira, por sua vez, objetiva compreender como o município se organizou para atender a Lei do Piso e, conseqüentemente, a valorização do magistério.

“Boas práticas nas aulas de educação física no início da carreira docente”, escrito por Catia Silvana da Costa e Maria Iolanda Monteiro, é resultado do recorte de uma dissertação de mestrado em Educação, cujo objetivo consistiu em conhecer e compreender as práticas de uma professora de Educação Física iniciante e as fontes que influenciam na construção de seus saberes. “Percepções sobre a integração ensino-serviço-comunidade no estágio supervisionado de nutrição”, de Maria dos Milagres Farias da Silva e Annatália Meneses de Amorim Gomes, teve por objetivo geral analisar os saberes e as práticas da preceptoria em nutrição com enfoque à integração ensino-serviço-comunidade sob a óptica dos preceptores.

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel, Cristiane Aparecida Baquim e Denilson Santos de Azevedo, em “O Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Básica (SIMAVE): novas perspectivas de avaliação em Minas Gerais”, destacam elementos que contextualizam o surgimento das avaliações externas no Brasil, bem como um breve panorama dos principais sistemas de avaliação vigentes no país. Nilva Borba Girardi e Moacir Gubert Tavares, autoras de “Desenvolvimento profissional dos professores da educação básica de Rio do Sul-SC e municípios circunvizinhos: qual prioridade?”, relatam as diferentes etapas da pesquisa realizada no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul, entre agosto de 2015 e julho de 2016, cuja temática foi à formação de professores, com foco na formação continuada em nível de pós-graduação.

Ana Carolina Veras do Nascimento, Ana Paula de Souza Cunha, Gilmar Barbosa Guedes e Dante Henrique Moura, em “O ensino médio e as políticas educacionais brasileiras contemporâneas: uma análise do último decênio”, analisam o contexto de ampliação do direito à educação básica a partir de documentos legais brasileiros, a exemplo da LDB 9394/96. Já no capítulo “Base Nacional Comum Curricular: documento em processo”, Marialva Moog Pinto Adelcio Machado dos Santos e Circe Mara Marques analisam o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica.

“O trabalho pedagógico e o repensar do currículo PROEJA na perspectiva de interdisciplinaridade” é o tema salientado por Maria Betânia Gomes Grisi, Maria Elisângela Lima dos Santos, Maria de Fátima Freire de Araújo, Raiduce Costa do Nascimento Lima e Roselis Bastos da Silva. Já “Educação profissional e as transformações no mundo do trabalho”, proposto por Adriane de Cássia Camargos Porto e Ivo de Jesus Ramos, tem como objetivo analisar como as alterações no mundo do trabalho necessitam que sejam realizadas reestruturações nos programas e no processo da educação profissional. Em sentido semelhante, Ana Paula de Almeida e Mariglei Severo Maraschin trazem o texto “O trabalhador-estudante dos cursos técnicos subsequentes do IFRS-Câmpus Ibirubá - o que buscam na EPT?”.

“A educação especial nos currículos dos cursos de Biologia/Ciências Biológicas (licenciatura) das Universidades Federais do Brasil” é tema de Darlan Moraes Oliveira, Ana Amélia Coelho Braga, Fyama da Silva Miranda Gomes, Bruna Vasconcelos Oliveira Lô, Tainá Negreiros Ponath, Ada Marinho dos Santos, Josidalva de Almeida Batista, Josiane Almeida Silva, Alcicleide Pereira de Souza, Maria José Costa Faria, Henrique Silva de Souza e Alice Silau Amoury Neta. Maria Ludovina Aparecida Quintans e Adriano Robson de Andrade debatem um aplicativo que cria um cenário de novas possibilidades de aprendizagem para os deficientes visuais em “Implementação de aplicativo de acessibilidade como apoio a discentes com deficiência visual matriculados no curso de bacharelado em direito”.

Nora Ney Fonseca Batista, Norma Suely Chacon e Rozilda Ferreira Lins Cavalcante destacam a “Formação docente frente à perspectiva da educação inclusiva na Escola Municipal Professor Ulisses de Góis”. O capítulo “Processos de ensino e aprendizagem e a sua relação com transtornos mentais de estudantes de uma instituição de ensino superior”, de Estela Maris Camargo Bernardelli, objetivou pesquisar a relação entre os transtornos mentais desencadeados em estudantes universitários e processos de ensino e aprendizagem de um curso superior em uma universidade pública.

“A saúde do professor frente a sua prática profissional” foi o foco de abordagem de Ana Carolina de Athayde Raymundi Braz, Adriane de Lima Cardeal, Juliana Gomes Fernandes, Rafael Mendes Pereira, Roberta Ramos Pinto, Suellen Priscila Ferreira Alves e Tatiane Romanini Rodrigues Ferreira. Também nesta linha, Ana Paula Martins Fonseca, Alessandra Fonseca de Moraes, Ana Cristina Franco Rocha Fernandes,

Elaine Kendall Santana e Silva, Geralda Pinto Ferreira, Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral e Míriam Rabelo Gontijo desenvolveram o texto “um estudo das condições de saúde dos professores do ensino médio da rede estadual de ensino de Divinópolis – MG”. “Análise ergonômica em posto de trabalho de instituição de ensino em Campina Grande-PB” foi a temática escolhida por João Victor Sales da Nóbrega, Daniel Oliveira de Farias, Rickson Pierre Tiburcio da Silva, João Pinto Cabral Neto e Cássia Pereira dos Santos.

Por fim, “Diversidade religiosa no âmbito escolar: conceito e / ou preconceito” de Ana Marli Souza Lima e Francisca Maria Coelho Cavalcanti teve como objetivo relatar as experiências vividas na pesquisa de iniciação científica realizada em escolas públicas da cidade de Manaus com adolescentes do Ensino Médio buscando conhecer quais religiões transitam no ambiente escolar; quais os conceitos dos escolares sobre as religiões e refletir se os alunos têm conceitos ou preconceito com religiões diferentes das suas.

O livro do volume um dispõe de diferentes perspectivas sobre a formação docente (e áreas afins), tecendo significativas contribuições para a Coletânea “Formação, Práticas e Pesquisa em Educação”. Essa diversidade de temáticas demonstra a versatilidade da abordagem da pesquisa em Educação, levando-nos a (re)pensar sua abordagem na contemporaneidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Prof^a. Dr^a. Natália Lampert Batista
Santa Maria/RS, 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DOCENTE: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR PROFESSORES	
<i>Maria Tereza Fernandino Evangelista</i> <i>Alvanize Valente Fernandes Ferenc</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903091	
CAPÍTULO 2	11
A ESCOLA BÁSICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES SOBRE OS ESTÁGIOS NOS CURSOS DE LICENCIATURA	
<i>Siomara Cristina Broch</i> <i>Cleonice Iracema Graciano dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903092	
CAPÍTULO 3	22
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE DOCÊNCIA PARA LICENCIANDOS PARTICIPANTES DO PIBID DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS UFRN/CAMPUS CENTRAL	
<i>Elda Silva do Nascimento Melo</i> <i>Erivania Melo de Moraes</i> <i>Camila Rodrigues dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903093	
CAPÍTULO 4	34
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NA UNILAB: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PREPARAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA O BRASIL E A ÁFRICA	
<i>Américo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903094	
CAPÍTULO 5	47
A FORMAÇÃO DO DOCENTE EM UMA SOCIEDADE MULTICULTURAL	
<i>Flávia Abud Luz</i> <i>Monica Abud Perez de Cerqueira Luz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903095	
CAPÍTULO 6	53
A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	
<i>Miriam Eliane Olbertz</i> <i>Thais Rafaela Hilger</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8911903096	
CAPÍTULO 7	63
O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM SOB A ÓTICA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: CONCEPÇÃO DO CONHECIMENTO, RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA E ENSINO-PESQUISA	
<i>Eudes Gomes Silva</i> <i>Maria Amélia de Moraes e Silva</i>	

CAPÍTULO 8 76

TEIAS DE APRENDIZAGEM E O CULTIVO DA CULTURA DE QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR

*Maria da Apresentação Barreto
Elena Mabel Brutten Baldi*

DOI 10.22533/at.ed.8911903098

CAPÍTULO 9 89

A UNIVERSIDADE PARA ALÉM DO ENSINO: ESPAÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA A PROMOÇÃO DA EXTENSÃO E PESQUISA ACADÊMICA

*Poliana de Sousa Carvalho
Edneide Maria Ferreira da Silva*

DOI 10.22533/at.ed.8911903099

CAPÍTULO 10 99

AVALIAÇÃO DE CENTRO DE INTERESSES DE PESQUISAS DE MESTRADO E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

*Carlos Jose Trindade da Rocha
João Manoel da Silva Malheiro
Odete Pacubi Baierl Teixeira*

DOI 10.22533/at.ed.89119030910

CAPÍTULO 11 109

AVALIAÇÃO DE SISTEMA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: REGULAÇÃO E CONTROLE

*Maria Rita Santos da Silva
Selma Suely Baçal de Oliveira*

DOI 10.22533/at.ed.89119030911

CAPÍTULO 12 118

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESCOLA NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

*Magalis Béssem Dorneles Schneider
Janaina Santana da Costa Prado
Elizangela dos Santos Fernandes*

DOI 10.22533/at.ed.89119030912

CAPÍTULO 13 127

FORMAÇÃO DOCENTE E A INFORMÁTICA EDUCATIVA

*Gilcéia Damasceno de Oliveira
Maiara Foli Severo*

DOI 10.22533/at.ed.89119030913

CAPÍTULO 14 136

OS SABERES CONSTITUÍDOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL À LUZ TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nadja Regina Sousa Magalhães
Andressa Grazielle Brandt
Aline Aparecida Cezar Costa
Luciana Gelsleuchter Lohn

DOI 10.22533/at.ed.89119030914

CAPÍTULO 15 146

LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS DA UEMG – UNIDADE DIVINÓPOLIS/MG

Elaine Kendall Santana e Silva
Ana Paula Martins Fonseca
Alessandra Fonseca de Moraes
Ana Cristina Franco Rocha Fernandes
Geralda Pinto Ferreira
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral
Míriam Rabelo Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.89119030915

CAPÍTULO 16 158

AS REFLEXÕES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA OS ESTUDANTES DAS LICENCIATURAS DO IF BAIANO CAMPUS-SANTA INÊS-BA

Antonio Roberto Santos Almeida
Cândida Leci Alves Braga
Célia Amorim Santos Torres
Eliene Guimarães da Silva
Elizangela Silva dos Santos
Gilda Alves Santos
Maria Sônia Jesus Santos
Nilma Santos de Jesus
Railene da Silva Reis
Regina de Souza Santos
Ricardo Souza da Anunciação
Valdenice Costa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.89119030916

CAPÍTULO 17 166

EXTENSÃO E CINEMA: A TEMÁTICA DOS FILMES E SUA PROXIMIDADE COM OS ASSUNTOS DAS DISCIPLINAS

Almir Tavares da Silva

DOI 10.22533/at.ed.89119030917

CAPÍTULO 18 173

CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO NO IFC - CAMPUS ARAQUARI: ATIVIDADES ENTRE 2012 E 2017

Bruna Rubi Alves
Katia Hardt Siewert
Eduardo da Silva
Cristiane Vanessa Tagliari Corrêa

Fernanda Witt Cidade

Daniel da Rosa Farias

DOI 10.22533/at.ed.89119030918

CAPÍTULO 19 180

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Valquíria Pinheiro Silva

Emília Peixoto Vieira

DOI 10.22533/at.ed.89119030919

CAPÍTULO 20 192

BOAS PRÁTICAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO INÍCIO DA CARREIRA DOCENTE

Catia Silvana da Costa

Maria Iolanda Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.89119030920

CAPÍTULO 21 198

PERCEPÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO ENSINO- SERVIÇO- COMUNIDADE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE NUTRIÇÃO

Maria dos Milagres Farias da Silva

Annatália Meneses de Amorim Gomes

DOI 10.22533/at.ed.89119030921

CAPÍTULO 22 206

O SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SIMAVE): NOVAS PERSPECTIVAS DE AVALIAÇÃO EM MINAS GERAIS

Matheus Enrique da Cunha Pimenta Brasiel

Cristiane Aparecida Baquim

Denilson Santos de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.89119030922

CAPÍTULO 23 218

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE PERÍODOS SUL-SC E MUNICÍPIOS CIRCUNVIZINHOS: QUAL PRIORIDADE?

Nilva Borba Girardi

Moacir Gubert Tavares

DOI 10.22533/at.ed.89119030923

CAPÍTULO 24 230

O ENSINO MÉDIO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS: UMA ANÁLISE DO ÚLTIMO DECÊNIO

Ana Carolina Veras do Nascimento

Ana Paula de Souza Cunha

Gilmar Barbosa Guedes

Dante Henrique Moura

DOI 10.22533/at.ed.89119030924

CAPÍTULO 25	239
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DOCUMENTO EM PROCESSO	
<i>Marialva Moog Pinto</i>	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
<i>Circe Mara Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030925	
CAPÍTULO 26	248
O TRABALHO PEDAGÓGICO E O REPENSAR DO CURRÍCULO PROEJA NA PERSPECTIVA DE INTERDISCIPLINARIDADE	
<i>Maria Betânia Gomes Grisi</i>	
<i>Maria Elisangela Lima dos Santos</i>	
<i>Maria de Fátima Freire de Araújo</i>	
<i>Raiduce Costa do Nascimento Lima</i>	
<i>Roselis Bastos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030926	
CAPÍTULO 27	258
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	
<i>Adriane de Cássia Camargos Porto</i>	
<i>Ivo de Jesus Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030927	
CAPÍTULO 28	270
O TRABALHADOR-ESTUDANTE DOS CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES DO IFRS-CÂMPUS IBIRUBÁ - O QUE BUSCAM NA EPT?	
<i>Ana Paula de Almeida</i>	
<i>Mariglei Severo Maraschin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030928	
CAPÍTULO 29	273
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE BIOLOGIA/ CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LICENCIATURA) DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	
<i>Darlan Moraes Oliveira</i>	
<i>Ana Amélia Coelho Braga</i>	
<i>Fyama da Silva Miranda Gomes</i>	
<i>Bruna Vasconcelos Oliveira Lô</i>	
<i>Tayná Negreiros Ponath</i>	
<i>Ada Marinho dos Santos</i>	
<i>Josidalva de Almeida Batista</i>	
<i>Josiane Almeida Silva</i>	
<i>Alcicleide Pereira de Souza</i>	
<i>Maria José Costa Faria</i>	
<i>Henrique Silva de Souza</i>	
<i>Alice Silau Amoury Neta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030929	

CAPÍTULO 30	284
IMPLEMENTAÇÃO DE APLICATIVO DE ACESSIBILIDADE COMO APOIO A DISCENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL MATRICULADOS NO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO	
<i>Maria Ludovina Aparecida Quintans</i>	
<i>Adriano Robson de Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030930	
CAPÍTULO 31	288
FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE À PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ULISSES DE GÓIS	
<i>Nora Ney Fonseca Batista</i>	
<i>Norma Suely Chacon</i>	
<i>Rozilda Ferreira Lins Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030931	
CAPÍTULO 32	290
PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E A SUA RELAÇÃO COM TRANSTORNOS MENTAIS DE ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
<i>Estela Maris Camargo Bernardelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030932	
CAPÍTULO 33	303
A SAÚDE DO PROFESSOR FRENTE A SUA PRÁTICA PROFISSIONAL	
<i>Ana Carolina de Athayde Raymundi Braz</i>	
<i>Adriane de Lima Cardeal</i>	
<i>Juliana Gomes Fernandes</i>	
<i>Rafael Mendes Pereira</i>	
<i>Roberta Ramos Pinto</i>	
<i>Suellen Priscila Ferreira Alves</i>	
<i>Tatiane Romanini Rodrigues Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030933	
CAPÍTULO 34	309
UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE DIVINÓPOLIS - MG	
<i>Ana Paula Martins Fonseca</i>	
<i>Alessandra Fonseca de Moraes</i>	
<i>Ana Cristina Franco Rocha Fernandes</i>	
<i>Elaine Kendall Santana e Silva</i>	
<i>Geralda Pinto Ferreira</i>	
<i>Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral</i>	
<i>Miriam Rabelo Gontijo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.89119030934	
CAPÍTULO 35	321
ANÁLISE ERGONÔMICA EM POSTO DE TRABALHO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM CAMPINA GRANDE-PB	
<i>João Victor Sales da Nóbrega</i>	
<i>Daniel Oliveira de Farias</i>	

Rickson Pierre Tiburcio da Silva
João Pinto Cabral Neto
Cássia Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.89119030935

CAPÍTULO 36 330

DIVERSIDADE RELIGIOSA NO ÂMBITO ESCOLAR: CONCEITO E / OU
PRECONCEITO

Ana Marli Souza Lima
Francisca Maria Coelho Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.89119030936

CAPÍTULO 37 339

CULTURAS DA INFÂNCIA: A INFLUÊNCIA DOS ENTORNOS CULTURAIS E
SOCIAIS NOS MODOS DE BRINCAR DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
BAIRRO AMÉRICA – ARACAJU/SE

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos
Tacyana Karla Gomes Ramos

DOI 10.22533/at.ed.89119030937

CAPÍTULO 38 352

DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA SOBRE O TEMA
CONDUTIVIDADE TÉRMICA: UMA PROPOSTA PARA FORMAÇÃO INICIAL DE
PROFESSORES DE UM CURSO NORMAL

Diana Aparecida Kaefer Schons
Ana Marli Bulegon

DOI 10.22533/at.ed.89119030938

CAPÍTULO 39 362

DIDÁTICA DESENVOLVIMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA ELKONIN-
DAVIDOV-REPKIN QUANTO AOS PAPÉIS DOS ALUNOS E DO PROFESSOR

Juliana Magalhães de Brito Vianna

DOI 10.22533/at.ed.89119030939

CAPÍTULO 40 371

O QUE DIZ UMA PROFESSORA E SEUS ALUNOS A RESPEITO DA EXPERIÊNCIA
NO SENTIDO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM UMA ESCOLA DE
APLICAÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

José Alexandre da Silva Valente
Jorge Raimundo da Trindade Souza
Licurgo Peixoto de Brito

DOI 10.22533/at.ed.89119030940

CAPÍTULO 41 380

PIBID E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO
PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DA POSTURA PROFISSIONAL DOS
LICENCIANDOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

Ana Paula Martins Fonseca
Alessandra Fonseca de Moraes
Ana Cristina Franco Rocha Fernandes

Elaine Kendall Santana e Silva
Geralda Pinto Ferreira
Fernanda Maria Francischetto da Rocha Amaral
Míriam Rabelo Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.89119030941

CAPÍTULO 42 392

A UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS COMO ESTRATÉGIA DE VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM EM UMA DISCIPLINA DE PRÁTICA DOCENTE NO CURSO DE CIÊNCIAS NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

José Alexandre da Silva Valente
Jorge Raimundo da Trindade Souza
Elisangela Barreto Santana
Greivin Antonio Núñez González
Licurgo Peixoto de Brito

DOI 10.22533/at.ed.89119030942

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 403

ÍNDICE REMISSIVO 404

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DOCUMENTO EM PROCESSO

Marialva Moog Pinto

Doutora pela UNISINOS - CAPES 7. Docente do Mestrado Interdisciplinar Desenvolvimento e Sociedade e Mestrado Profissional Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Líder do Grupo de Pesquisa Formação do Professor e Práticas Pedagógicas. Membro do Grupo de Pesquisa coordenador pela Dr.ª Maria Isabel da Cunha. Coordenadora do Mestrado em Educação - Angola. marialvamoog@hotmail.com

Adelcio Machado dos Santos

Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Dr, (UFSC). Docente e Pesquisador dos Mestrados em desenvolvimento e Sociedade e em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Endereço: rua Prof. Egídio Ferreira, nº 271, Bloco "E", Apto. 303 - 88090-500 Florianópolis (SC) Brasil. E-mail: adelciomachado@gmail.com.

Circe Mara Marques

Pós-Doutora e Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Mestrado Profissional Educação Básica da Universidade Alta vale do Rio do Peixe. circemamarques@gmail.com

RESUMO: O Plano Nacional de Educação (PNE) que entrou em vigor em 2014, previa a construção de uma Base Nacional Comum para definir a partir de 2017 quais são os objetivos de aprendizagem a serem considerados pela comunidade escolar ao elaborar o Projeto

Político pedagógico da escola e o currículo das aulas da Educação Básica. O objetivo do estudo é analisar o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. Apresenta-se uma pesquisa qualitativa com método na análise documental. A metodologia utilizada observou preceitos científicos, harmonizando-os com a observação da realidade e a experiência resgatada durante a elaboração deste trabalho, resultando na revisão teórica e bibliográfica. Algumas críticas têm sido postas ao documento, porém outras análises consideram importante o detalhamento da Base, que tem objetivos mais concretos que os anteriores Parâmetros Curriculares Nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular. Educação Básica. Direito a Aprendizagem. Currículo.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica é um documento normativo que resulta de uma ampla discussão entre diferentes atores como pesquisadores, formadores de professores e representantes de associações como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

(Anped). Esta composição dá ao documento um caráter de construção participativa.

O documento deixa claro quais os conhecimentos essenciais que os estudantes devem ter acesso desde seu ingresso na creche até o final do Ensino Médio. Também é um parâmetro fundamental para a construção do planejamento curricular a ser "consolidado na Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica (DICEI-SEB)" (BRASIL, 2016, p.30).

Sendo assim, este estudo tem como temática o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, sugestões, ajustes e críticas ocorridas neste processo.

O objetivo do estudo é analisar o processo de construção da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica.

Como questão norteadora, o estudo quer saber, por quê se construiu um novo documento se recentemente foi construída e apresentada no âmbito educacional as Diretrizes Curriculares Nacionais?

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo que utilizou a análise documental como método. Utiliza-se também outros documentos educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, para uma compreensão do processo de construção da Base Nacional Comum Curricular.

Com a base comum se cumprirá a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE) que orienta para

fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (PNE, 2016, p.31).

Quadro 1 - Meta do PNE para elevação da qualidade da educação básica

Espera-se que a BNCC seja um avanço na qualidade da educação e balizadora do direito dos/as estudantes da Educação Básica, numa perspectiva inclusiva, de aprender e de se desenvolver.

Em um contexto como o brasileiro, que conta também com sistemas educacionais autônomos, faz-se necessário a regulamentação de um projeto de educação nacional. Assim o documento em questão constitui-se uma referência, uma unidade na diversidade.

Base nacional Comum Curricular

A Base apresenta os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que deve orientar a elaboração de currículos para cada etapa de escolarização. "Estes serão mais efetivos quanto mais estiverem relacionados com as experiências culturais dos sujeitos" (BRASIL, 2016,31).

Como afirma o Parecer CNE/CEB 7/2010:

Por essa razão, o processo de planejamento deve ter caráter estratégico e se desenvolver de forma sistemática em etapas articuladas nas Unidades Educacionais. As dinâmicas a serem estabelecidas devem favorecer a investigação sobre o processo de desenvolvimento dos alunos, a análise e a elaboração por parte dos educadores, sobre as mediações pedagógicas necessárias para que, de fato, a aprendizagem se realize. (BRASIL, 2010).

O Parecer diz ainda que

a Base Nacional Comum Curricular e uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Ideb	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Medio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Brasil, PNE, 2016, p.31.

A finalidade orientar os sistemas no âmbito federal, estadual e municipal na elaboração de suas propostas curriculares.

Os objetivos da aprendizagem e desenvolvimento tem na intencionalidade do processo educacional, a garantia do acesso pelos estudantes e condições para o exercício de cidadania.

O documento não substitui o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, pois será apenas o primeiro nível de concretização do currículo, que se completa após o trabalho das redes estaduais ou municipais de cada escola, com o PPP.

É necessário estar atento a duas orientações. A primeira é que a Base não vai substituir o currículo das Redes que tem o seu elaborado, mas vai indicar sobre o que as crianças e os adolescentes devem aprender nas diversas disciplinas. A base deve ser o pilar das propostas curriculares das redes, que continuarão existindo e contemplando as peculiaridades da região e o que a comunidade da cidade ou do estado considera imprescindível ser ensinado nas escolas. E a segunda é que o documento não substituirá o PPP da escola. Quando estiverem definidos os direitos de aprendizagem e os conteúdos, a partir da Base final, cada Secretaria de Educação incluirá nele os temas regionais que seus estudantes devem conhecer. A Base concluída servirá de referência e diretriz para o PPP, que será construído respeitando as necessidades e os contextos. Cada escola deve respeitar sua unidade. (CAMILO, 2014).

Considera-se que os professores precisam conhecer o documento em profundidade para que deixe de ser uma proposta e passe a ser adotado na prática.

Da BNCC decorrem quatro políticas que se articulam para garantir a qualidade da educação básica, são elas: Política Nacional de Formação de Professores, Política

Nacional de Materiais e Tecnologias Educacionais, Política Nacional de Avaliação da Educação Básica e Política Nacional de Infraestrutura Escolar.

A educação, compreendida como direito humano, individual e coletivo, habilita para o exercício de outros direitos, e capacita ao pleno exercício da cidadania. "A educação e, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam" (BRASIL, 2016, p.1 O).

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina que o poder público, contados dois anos a partir da publicação da Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, devesse instituir, em lei específica, o SNE, entendido como um conjunto unificado que articula todas as dimensões da educação, no intuito de promover a equidade, com qualidade, para toda a população do país (BRASIL, 2016, p.27 -28).

Processo de construção do BNCC

Trata-se do maior documento a receber contribuições da sociedade em geral. Inicialmente constituiu-se um Comitê de Assessores e Especialistas representada por professores universitários, técnicos das secretarias de educação que elaborou a redação dos documentos preliminares, disponibilizado a consulta pública para receber contribuições, críticas e reformulação pela sociedade, entre setembro de 2015 e março de 2016. As contribuições foram recebidas de estudantes, pais ou responsáveis, professores, organizações e redes (escolas e redes de ensino), num total de 305.569 indivíduos, 4.298 organizações e 45.049 escolas. Para mobilizar a participação, ocorreram muitas reuniões, seminários e fóruns, em todo o território nacional, promovidos pela Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica (DICEI-SEB).

Após todo processo de consultas e reflexões e relatórios analíticos, foi elaborado a segunda versão do documento em junho 2015, sendo que de 15 de setembro de 2015 a 30 de novembro do mesmo ano, cerca de 119 mil professores, 3,1 mil estudantes, 1,6 mil pais ou responsáveis, 1,8 mil organizações da sociedade civil e pesquisadores e 21,3 mil escolas públicas e privadas, totalizando cerca de 4,2 milhões de contribuições.

O prazo final para que o documento esteja elaborado e aprovado é 2016, para que possa ser implementado nacionalmente em 2019, porém a segunda versão da BNCC, foi entregue ao ministro da Educação, Mendonça Filho, em 14 de setembro de 2016.

A entrega do documento representa o fim de mais uma etapa do processo de elaboração da Base. o processo encaminha-se agora para a terceira e última versão. Esta última versão não será colocada em consulta pública, mas seguirá para a avaliação do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão responsável por aprovar ou não O documento, antes de devolvê-lo ao governo federal. A comissão que produzirá a terceira versão será indicada pelo comitê gestor criado pelo MEC no

fim de julho (UNDIME, 2016).

A conclusão do documento final ocorrerá em novembro. Houve um grande avanço da primeira para a segunda versão do texto da Base, mas ainda é preciso é necessário qualificar, para que de fato tenha impacto positivo no aprendizado dos alunos. Por isso as recomendações da comunidade educacional são fundamentais, uma vez que elas trazem o olhar dos professores e gestores que, no fim, serão os grandes responsáveis pela implementação da Base nas salas de aula (UNDIME, 2016).

Aprendizagem e desenvolvimento

A decisão de ter como eixo principal o direito de aprender e se desenvolver dá aos estudantes meios de garantir como perspectiva oportunizar "a formação comum, imprescindível para o exercício da cidadania" (BRASIL,2016,p.33).

ABNCC ao definir os direitos fundamentais à aprendizagem e ao desenvolvimento estabelece princípios éticos, políticos e estéticos nas quais se fundamentaram também as Diretrizes Curriculares Nacionais. Esses direitos devem orientar uma Educação Básica, visando a formação humana integral e a construção de uma sociedade mais justa, na qual todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão sejam combatidas.

Quanto as modalidades de Educação a BNCC tem forte visão à interculturalidade, à sustentabilidade socioambiental, às causas políticas, históricas, políticas e econômicas e sociais das diferentes formas de discriminação e exclusão. Com isto espera-se superar as desigualdades socialmente construídas.

Preocupa-se ainda com as principais orientações no que tange as especificidades das modalidades, que possuem diretrizes próprias que as regulamentam, como: Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as Relações Ético-raciais, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.

Inclusão social

O documento preocupa-se fortemente com a Inclusão Social e considera que os movimentos sociais tem um papel fundamental na conquista dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

O Parecer CNE/CEB no 11/2010, elaborado pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), explicitou a importância dos movimentos sociais para o respeito e a consideração as diferenças entre os sujeitos que fazem parte da sociedade, assegurando lugar a sua expressão (BRASIL, 2016, p.27).

Deve-se incorporar aos documentos educacionais as narrativas dos "grupos historicamente excluídos de modo que se contemple, nas políticas públicas

educacionais, a diversidade humana, social, cultural, econômica da sociedade brasileira, tendo em vista a superação de discriminações"(BRASIL,20 16,p.21).

A Educação Especial, que é transversal a cada etapa, modalidade e segmento da Educação Básica, estabelece na perspectiva inclusiva mediante medidas necessárias para uma plena participação em igualdade de condições na comunidade em que vivem "promovendo oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, sem restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na condição de deficiência" (BRASIL,2016,p.39).

O documento esclarece a importância de assegurar nos ambientes escolares as condições de acessibilidade para a participação plena dos estudantes com deficiência. A acessibilidade arquitetônica garante o direito de ir e vir com segurança e autonomia. A acessibilidade à comunicação e informação contempla

a comunicação oral, escrita e sinalizada. Sua efetividade dá-se mediante a disponibilização de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, tais como materiais pedagógicos acessíveis, tradução e interpretação da Libras, software e hardware com funcionalidades que atendam a tais requisitos de comunicação alternativa (BRASIL,20 16,p.40-41).

Na perspectiva inclusiva, a concepção curricular contempla o reconhecimento e valorização da diversidade humana. Neste sentido, são identificadas e eliminadas as barreiras, deslocando o foco da condição de deficiência para a organização do ambiente. Ao promover a acessibilidade, os estabelecimentos de ensino superam o modelo de deficiência como sinônimo de invalidez, passando a investir em medidas de apoio necessárias a conquista da autonomia e da independência pelas pessoas com deficiência, por meio do seu desenvolvimento integral (BRASIL,20 16,p.39).

O serviço da Educação Especial, conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), "que organiza atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma complementar ou suplementar a escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular" (BRASIL,20 16,p.40).

Em suas atividades contempla: Estudo de Caso, Plano de AEE, Ensino do Sistema Braille, Ensino do uso do Soroban, Estratégias par autonomia no sistema escolar, Orientação e mobilidade, ensino do uso de recursos de tecnologia assistiva, Ensino do uso da comunicação alternativa e aumentativa (CAA), estratégias para o desenvolvimento de processos cognitivos, estratégias para enriquecimento curricular, profissional de apoio, Tradutor e Interpretre de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, Guia Intérprete.

No entanto a Base não incluirá como adaptar os conteúdos a cada uma das deficiências, o que deve ser alvo de outra ação.

Organização das etapas de escolarização

A organização das etapas de escolarização na BNCC estão ainda subdivididas no interior de uma mesma etapa de escolarização.

A Educação Infantil os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento se subdivide em três faixas etárias dadas as características das crianças e as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, e conhecer-se. As faixas etárias são: bebês (0 a 18 meses); crianças bem pequenas (19 meses a 3 anos e 11 meses), e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Com base nesses direitos, são definidos os eixos dos currículos para a Educação Infantil, os cinco campos de experiências, que guardam relações com as áreas de conhecimento das etapas posteriores: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e imagens; Escuta, fala, linguagem e pensamento; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O Ensino Fundamental é subdividido em duas fases: Anos Iniciais (1º ao 5º ano de escolarização); Anos Finais (6º ao 9º ano de escolarização). Os eixos de formação destas etapas são: Letramentos e capacidade de aprender; Leitura do mundo natural e social; Ética e pensamento crítico; e Solidariedade e sociabilidade.

O Ensino Médio, também segue as dimensões de formação apontadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, como: Trabalho; Ciência; Tecnologia; e Cultura. A partir dessas dimensões são definidos quatro eixos de formação, são eles: Letramentos e capacidade de aprender; Solidariedade e sociabilidade; Pensamento crítico e projeto de vida; e Intervenção no mundo natural e social.

Os temas especiais para o Ensino Médio, considerando critérios de relevância e pertinência sociais: Economia, Educação financeira e sustentabilidade; Culturas indígenas e africanas; Culturas digitais e computação; Direitos humanos e cidadania; e Educação ambiental. Para o Ensino Médio há, ainda, "uma referência às possibilidades de integração da etapa a Educação Profissionalizante e Tecnológica" (BRASIL, 2016, p. 47).

Algumas críticas tem sido feitas pelos participantes

De um lado, estão os defensores de referências que garantam ao alunado de qualquer cidade ser apresentado aos conteúdos essenciais ao desenvolvimento educacional do país com fundamental equidade no ensino. Do outro, quem crê na impossibilidade da proposta, dadas as dimensões continentais do nosso território e sua variedade cultural. O argumento é facilmente derrubado, pois como exposto anteriormente, a ideia é que cada rede acrescente a ela, temáticas relacionados à realidade local. (CAMILO, 2014).

Algumas sugestões têm sido apresentadas para tomar o documento, mas adequado na visão dos participantes:

Uma dela é a inclusão de mais conteúdo de gramática a partir do ano. Outra é

aumentar o espaço de temas de história clássica no currículo de ciências humanas.

Professores comentam que o texto já na segunda versão tem linguagem pouco clara, o que pode dar margem a duplas interpretações dos professores e professoras, que são o último público-alvo do documento (UNDIME, 2016).

A organização do conteúdo é complexa, apontaram os seminários de discussão. Talvez isto se deva às revisões que foram sendo agregadas ao documento o que transformou o mesmo, em muito denso e precisa ser revisto.

A maior necessidade de melhoria apontada é o fato de a Base ter diferentes padrões de redação no decorrer dos documentos, apresentar o conteúdo em uma estrutura pouco didática e objetiva, usar verbos considerados genéricos e que deixam margem a mais de uma interpretação sobre como medir se o objetivo foi cumprido ou não, e deixar confusa as linhas que separam o conceito de Base. A princípio um documento norteador, e currículo, que é o projeto específico a ser elaborado em cada escola (UNDIME, 2016).

Entre as observações que constam no relatório, para ajustes para a última versão, pede-se que seja revisto: a Estrutura, organização do texto e linguagem; Propósito e público-alvo da Base; Diferença entre Base e currículo; Interdisciplinaridade; Parte comum e parte diversificada; Objetivos de aprendizagem; Verbos dos objetivos de aprendizagem; e Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A BNCC é considerada indispensável para melhorarmos a qualidade do ensino, da Educação Infantil, alfabetização ao Ensino Médio e da formação de professores em todos os níveis de ensino (UNDIME, 2016).

A BNCC se diferencia das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e os dois documentos trazem orientação para a escola. Os PCN's apresentam sugestões sem explicitar o que o professor deve ensinar e o que o estudante tem que aprender. As Diretrizes foram pensadas para um contexto em que o professor tivesse uma formação para adaptá-la à sua realidade, porém isto não ocorreu. Ao adaptarem as Diretrizes, as redes e escolas não garantiram os conteúdos essenciais para todo o país.

A BNCC também irá influenciar a formação docente, uma vez que o MEC pretende articular o Currículo dos Cursos de Pedagogia e Licenciaturas aos direitos de aprendizagem estabelecidos na Base. "Pesquisa da Fundação Victor Civita (FVC) em parceria com a Fundação Carlos Chagas (FCC), de 2008, mostrou que apenas 28% das disciplinas oferecidas se referem aos conteúdos e atividades da sala de aula" (CAMILO, 2014).

Os livros didáticos hoje seguem os PCN e são analisados pelo MEC. A previsão é que a partir da Base, eles passem a ser escritos e avaliados usando a base nacional como referência.

Continuará a cargo dos professores a decisão sobre a metodologia de ensino, projetos, atividades e sequência didática desenvolvida em aula.

No que tange a avaliação, a medida deve pautar as avaliações externas, não aquelas que ocorrem periodicamente nas salas de aula. Cabe ao educador a decisão sobre a melhor maneira de verificar a aprendizagem da turma, que está ligada aos objetivos definidos por ele, assim como a metodologia adequada ao ensino de cada um dos conteúdos. (CAMILO,2014).

Espera-se que a BNCC seja um avanço na qualidade da educação e balizadora do direito dos/as estudantes da Educação Básica, numa perspectiva inclusiva, de aprender e de se desenvolver.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>> Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer 7/2010. Distrito Federal. Disponível em:<

[Hptt://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xzqEw7Ys0icJ:portal.mec.gov.br/do_cmanlmaio-2010-pdf/5062-parecercne-seb-7-2010+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xzqEw7Ys0icJ:portal.mec.gov.br/do_cmanlmaio-2010-pdf/5062-parecercne-seb-7-2010+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br)> Acesso em: 21 Set. 2016.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em: 29 set. 2016.

CAMILO, Camila. Base Nacional Comum Curricular: o que é isso? Revista Nova Escola Revista Nova Escola. São Paulo. Set 2014. Disponível em:
<<http://novaescola.org.br/conteudo/248/base-nacional-comum-curricular> >Acesso em: 20 Set. 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. Brasília. Base Nacional Comum precisa ter texto mais objetivo. Disponível em:
<http://www.undimemg.org.br/noticias/base-nacional-comum-precisa-ter-texto-mais-objetivo-dizem-especialistas>/Acesso em: 21 Set. 2016.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019). Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária ImaginaMundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais não-escolares e Formação de professores para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anos iniciais do ensino fundamental 107, 113, 192, 241, 353

Assuntos 43, 166, 167, 168, 170, 171, 300, 332, 375

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 50, 51, 80, 84, 85, 86, 87, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 152, 179, 184, 185, 189, 192, 195, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 226, 228, 242, 247, 250, 265, 271, 276, 285, 287, 290, 295, 299, 300, 301, 302, 305, 315, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 391

Avaliação da aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 87, 107, 295, 302

Avaliação de sistema 109, 110, 113, 114, 115, 116

Avaliações externas 112, 114, 116, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 216, 247

B

Base Nacional Comum Curricular 239, 240, 241, 247, 360

Boas Práticas 192, 194, 196, 197, 253, 254

Bolsista de extensão 173

Brasil-África 34, 37, 45

C

Cinema 166, 167, 169, 171, 172

Competências 48, 77, 84, 101, 121, 129, 130, 143, 159, 163, 195, 208, 210, 211, 250, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 294, 295, 299, 301, 304, 305, 341, 354, 361, 395

Comunicação 15, 18, 19, 24, 32, 50, 77, 82, 86, 119, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 152, 157, 164, 193, 244, 262, 352, 353, 354

Conhecimento 4, 5, 6, 8, 12, 14, 15, 25, 26, 28, 29, 33, 35, 37, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 92, 95, 101, 102, 103, 107, 121, 122, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 142, 143, 148, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 176, 177, 178, 184, 185, 189, 221, 228, 230, 238, 245, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 271, 287, 294, 299, 305, 312, 330, 331, 333, 335, 337, 338, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 369, 373, 376, 378, 386, 394, 395, 397, 398, 399, 400

Currículo 10, 13, 14, 36, 39, 40, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 98, 102, 117, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 161, 178, 184, 195, 239, 241, 246, 249, 250, 252, 256, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 288, 330, 333, 360, 372, 379

D

Descolonização 37, 39, 44, 47

Desenvolvimento profissional 4, 15, 92, 99, 100, 101, 102, 105, 107, 108, 143, 144, 194, 196, 197, 218, 228, 259, 362

Direito a aprendizagem 239

Direito à educação 182, 230, 234, 236, 238, 287

Disciplinas 1, 3, 9, 12, 13, 16, 30, 39, 42, 50, 63, 64, 65, 74, 80, 155, 159, 166, 167, 171, 214, 228, 241, 246, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 292, 298, 299, 300, 322, 365, 391, 393, 397

Docência 4, 6, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 54, 57, 64, 70, 74, 75, 80, 87, 92, 95, 99, 101, 102, 104, 139, 158, 184, 194, 197, 221, 222, 301, 359, 360, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389, 390, 393

E

Educação 9, 10, 11, 12, 15, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 70, 73, 74, 75, 78, 83, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 155, 156, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 172, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 300, 306, 308, 309, 310, 311, 315, 316, 330, 332, 333, 336, 337, 338, 339, 343, 344, 350, 351, 352, 353, 354, 359, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 371, 372, 374, 375, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 390, 392, 398, 399, 401, 402

Educação ambiental 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 104, 243, 245, 270

Educação básica 11, 12, 20, 22, 24, 36, 40, 41, 43, 45, 52, 53, 57, 60, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 142, 152, 156, 161, 162, 166, 167, 181, 182, 183, 184, 187, 190, 191, 193, 195, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 249, 252, 262, 267, 274, 281, 316, 332, 333, 338, 352, 353, 354, 359, 374, 375, 377, 378, 381, 382, 383, 390

Educação em tempo integral 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144

Educação física 192, 193, 194, 195, 196, 197, 384

Educação Infantil 95, 96, 98, 139, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 189, 190, 228, 245, 246, 337, 339, 343, 344, 350, 353

Educação profissional 174, 175, 179, 229, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 270, 272

Educação pública 109, 114, 115, 116, 197, 206, 211, 212, 216, 217, 231, 311

Ensino investigativo 99, 100, 105

Ensino médio 79, 96, 112, 113, 139, 173, 175, 178, 186, 215, 229, 232, 233, 234, 235,

237, 238, 240, 283, 313, 330, 331, 332, 333, 334, 374, 376

Ensino-pesquisa 63, 65, 66, 69, 71, 74, 75, 285

Ensino superior 1, 2, 7, 8, 9, 33, 41, 45, 60, 63, 64, 65, 68, 69, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 84, 86, 167, 184, 186, 187, 221, 274, 275, 278, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 315, 333, 381, 382, 383

Escola 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 30, 43, 51, 55, 56, 57, 59, 62, 73, 90, 91, 94, 97, 101, 102, 104, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 154, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 181, 182, 183, 188, 193, 194, 195, 196, 199, 207, 209, 213, 215, 216, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 233, 234, 237, 238, 239, 241, 246, 247, 251, 261, 263, 265, 268, 271, 272, 273, 275, 283, 288, 289, 294, 295, 300, 301, 305, 306, 311, 312, 330, 331, 333, 334, 337, 338, 339, 341, 342, 343, 344, 352, 355, 357, 360, 362, 365, 367, 369, 371, 372, 373, 374, 376, 389, 392

Estágio curricular supervisionado 13

Estágio supervisionado 15, 43, 147, 153, 154, 156, 157, 160, 165, 198, 204

Estratégias linguísticas 147

Extensão 37, 38, 41, 63, 68, 69, 70, 71, 74, 79, 89, 91, 92, 135, 136, 166, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 187, 189, 221, 285, 287, 292, 294, 383

F

Financiamento 180, 181, 182, 183, 208, 262

Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 79, 81, 87, 89, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 237, 238, 239, 241, 243, 245, 246, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 279, 281, 282, 283, 285, 289, 292, 295, 299, 300, 302, 304, 308, 311, 315, 316, 333, 338, 352, 353, 354, 357, 360, 361, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 375, 378, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389, 390, 391

Formação continuada 15, 19, 20, 27, 32, 57, 61, 126, 136, 138, 139, 142, 143, 144, 154, 164, 165, 185, 189, 196, 218, 220, 225, 226, 229, 250, 251, 283, 289, 354, 383

Formação de professores 1, 2, 3, 6, 7, 9, 11, 15, 20, 32, 34, 36, 37, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 50, 51, 56, 57, 62, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 148, 157, 165, 192, 197, 205, 218, 219, 226, 229, 246, 250, 256, 274, 275, 279, 281, 282, 361, 382, 389, 390

Formação docente 2, 4, 5, 15, 20, 23, 24, 29, 32, 33, 40, 42, 43, 47, 51, 53, 59, 101,

102, 108, 117, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 143, 148, 154, 178, 199, 246, 283, 289, 354, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 389

G

Gestão educacional 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

Graduação 9, 20, 22, 32, 36, 40, 41, 45, 53, 59, 64, 65, 71, 81, 82, 95, 99, 104, 108, 127, 136, 144, 154, 156, 159, 160, 161, 173, 174, 177, 178, 184, 185, 193, 200, 201, 204, 205, 218, 219, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 239, 276, 287, 290, 291, 293, 297, 298, 299, 301, 321, 339, 352, 353, 354, 371, 382, 391, 392, 396

H

História 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 54, 56, 61, 72, 74, 107, 120, 124, 126, 137, 143, 152, 168, 172, 179, 230, 246, 252, 260, 283, 292, 301, 312, 338, 344, 346, 367, 371, 372, 373, 374, 378, 379, 383

I

Informática educativa 127, 128, 129, 130, 135

Início da carreira docente 192

L

Letramento 142, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 155, 156, 157

Licenciatura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 18, 20, 24, 26, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 61, 89, 90, 91, 92, 94, 104, 147, 152, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 175, 184, 218, 219, 222, 223, 225, 227, 228, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 300, 353, 382, 386, 388, 389, 390, 392, 393, 394, 396

M

Marginalidade 118, 122, 123, 125

Multiculturalismo 43, 47, 48, 50, 51

Mundo do trabalho 111, 116, 233, 253, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 311, 316

N

Nutrição 198, 199, 200, 203, 402

O

Orientação de estágio 11

P

Pesquisa 1, 2, 3, 4, 6, 7, 15, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 36, 37, 40, 45, 51, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 92, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 116, 117, 127, 136, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 164, 167, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 184, 192, 194, 200, 204, 206, 207, 209, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 232, 236, 238, 239, 240,

246, 252, 257, 258, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 281, 282, 283, 285, 287, 290, 292, 294, 297, 298, 299, 301, 308, 309, 312, 313, 316, 321, 328, 330, 331, 332, 333, 337, 338, 339, 342, 343, 344, 348, 351, 352, 353, 355, 356, 358, 359, 366, 371, 373, 374, 377, 379, 380, 382, 383, 384, 386, 389, 390, 396, 399, 401, 402

PIBID/UFRN 22, 23, 24, 25, 26, 27

Políticas de avaliação 207, 210, 212

Políticas educacionais 111, 115, 211, 231, 237, 315

Pós-graduação 9, 22, 53, 64, 99, 104, 108, 127, 185, 193, 205, 218, 219, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 239, 321, 339, 352, 371, 392

Preceptoria 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

PROEJA 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257

Professor 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 29, 30, 32, 36, 40, 47, 48, 50, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 82, 83, 85, 94, 95, 97, 102, 103, 105, 107, 108, 114, 119, 120, 124, 128, 129, 131, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 212, 214, 218, 220, 224, 225, 226, 228, 229, 239, 246, 282, 288, 289, 290, 295, 298, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 316, 354, 359, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 372, 381, 385, 387, 388, 389, 398

Profissionalidade docente 99

Projetos de extensão 91, 92, 173, 174, 176, 178

Q

Quarta Revolução Industrial 258, 259, 269

R

Representação social 22, 24, 32, 50

Representações sociais 25, 26, 32, 33, 146, 147, 149, 152, 157, 301

S

SIMAVE 206, 207, 215

Subsunções 53

T

Tecnologias de informação 19, 136, 137, 138, 139, 142, 352, 354

Teoria-prática 6, 63, 65, 66, 72, 74, 75

Trabalho pedagógico 33, 112, 125, 137, 138, 188

V

Valorização do magistério 24, 180, 182, 183, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-589-1



9 788572 475891